

A BATALHA



Domingo, 25 de OUTUBRO de 1925

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTE-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

PREÇO 30 CENTAVOS — ANO VII — N.º 2117

Morreu mais um deportado na Guiné e outro enlouqueceu por não poder suportar mais sofrimentos!

Pior do que a pena de morte — porque essa é cruel, mas exerce-se de cara descoberta — as deportações vão ceifando as vidas de criaturas que nem sequer foram julgadas! Estes crimes não têm palavras que os qualifiquem! — são mais do que monstruosos! Se o povo não souber impor o regresso desses homens à metrópole, nada deterá as consequências cada vez mais trágicas desta tremenda arbitrariedade que enlameou o regime.

Trágicas consequências de um crime

Ontem à tarde recebemos de chofre este telegrama, sintético, cruel, que encerra toda uma tragédia:

BOLAMA, 23. — T. — Morreu José Alves dos Santos; enlouqueceu José Gomes Pereira, «Avante», encontram-se outros deportados no hospital. — (Batalha).

Mais um deportado que encontra na Guiné o fim dos seus angustiosos dias! Mais uma vida que se perde! Mais um homem assassinado pelos que ordenaram e pelos que, a pesar destas notícias consoantes, mantêm as deportações!

José Gomes Pereira enlouqueceu. Se a primeira notícia, a que nos informa da morte de José Alves dos Santos, nos choca e nos comove, a segunda arranca-nos uma irreprimível exclamação de revolta que é ao mesmo tempo a condenação de um hediondo crime.

Quantas torturas, quantas dôres insufladas, quantos maus tratos não seriam necessários para conduzir um homem tão aos transeus da loucura?

A história do regime está salpicada de sangue dos mártires. As paixões políticas, as revoluções odiosas têm gerado muito crime e muita abjeção. No 14 de Maio morreu muito inocente; durante o predomínio bruto de Sidónio espalhou-se a torta a direito; a leva da morte horrorizou; a tragédia do Arsenal foi barbara — mas as deportações excedem em malvadez, em cínica crudelidade todos os crimes até hoje praticados, porque foram meditadas pelos homens que nos governam, porque foram levadas a cabo, contra a lei, por aqueles que deviam respeitar a lei, porque foram exercidas sobre criaturas cujos actos os tribunais não apreciaram, porque foram feitas para matar!

Preguntamos mais uma vez ao sr. Domingos Pereira se o espectro do remor ainda não assumiu à sua consciência. Que carácter é esse o do chefe do governo, que ainda não reparou que está cometendo um nefando crime? Onde está o carácter do presidente do ministério? Onde está o brio do ministro da Instrução, que ainda não achou tempo, depois de terem chegado à metrópole as notícias de cinco mortes — e de um que enlouquece por não poder sofrer mais — de demitir-se, como havia prometido?

A morte de cinco deportados num tão curto espaço de tempo não será a prova flagrante de que tínhamos razão quando afirmámos que as deportações obedeciam ao firme propósito de assassinar covardemente um punhado de homens escolhidos pelo ódio torvo da polícia?

Isto é mais infame, mais covarde, mais cruel do que a pena de morte! Esta quando existe nas leis é uma barbaridade que se exerce de frente, de cara descoberta. As deportações são a pena de morte disfarçada — são como o assassino que apunhal de cara tapada e de luvas, para que não o conheçam, são como o veneno que se lança secretamente na refeição de um desprevenido!

Mas nós sabemos quem são os assassinos. O povo sabe quem são os cobardes assassinos. E se o povo os esquecer, se o povo cometer o crime de olvidá-los — a História registará-lhos em palavras negras de vingança!

E. F.

A psicologia do influente eleitoral, senhor absoluto da democracia...

As eleições com todas as suas grosseiras traças, o parlamentarismo na sua odiosa mentira, tem, no chamado influente, uma figura modelada em carne e ossos, e que é uma viva acusação, como uma estátua, suficiente para atirar abaixo da piâna de mentiras, a comédia asquerosa dum candidato.

O candidato é um perfil grotesco, o influente é uma figura repugnante, uma exalação do meio patriô duma organização social que se descompe.

O candidato depende do influente, e não do eleitor. A vontade dos eleitores é assim a vontade dos influentes.

Uma vez que o candidato está sujeito a esta ignobil transfiguração, atiremos para a ignomina o futuro deputado, e vamos analisar o influente.

Que faz este cavalheiro? De onde lhe vem a sua enorme força, ante a qual os futuros representantes da nação sacrificam tudo, a bôla, o país, a dignidade, e até a família?

Como é que estes homens podem, de facto, influir numa eleição?

Conferiu-lhes a nação essa força?

Serão, na verdade, criaturas de uma tão grande isenção que a chamada vontade do país apele para as suas virtudes, para o seu senso, para a sua cultura, conferindo-lhes, por esta soma de atributos a facultade de influir?

De modo nenhum!

Estes senhores influem, porque são os donos de isto, porque são os proprietários da terra, os donos das fábricas, os assambadores dos gêneros, porque têm muitas ávores, muitos cavalos, muitos burros, muitos porcos.

Então, com a mesma facilidade como mandam abater um pinhal, ordenam que os explorados a quem roubam o produto do trabalho passem a ter a mesma obediência dos cavalos, dos burros, dos suíños, e constituindo um formidável rebanho, vão diante das urnas, reclamar que querem o sr. fulano, como seu alugaz no Parlamento.

E assim que se lê nos jornais, na estrumeira da seção política, que a eleição do sr. fulano está assegurada. Isto equivale a dizer: O sr. fulano já tem o seu rebanho organizado.

Deste modo a que situação fica reduzido o eleitor?

Que enormíssima burla, e que comovedora passividade, que animalidade atrasó, a desse rebanho humano, por quem o candidato tem o máximo desprêzo, porque não é com o seu voto que ele conta, mas com a vontade do influente.

Que desprêzo situação a do eleitor, massa amorfa vontade, a que serve de fundo à mais revoltante comédia do poder!

Porque é o eleitor, únicamente eleitor, que favorece esta odiosa burla. As eleições são uma negociação entre os candidatos e os influentes. O eleitor é o bode expiatório, porque o Parlamento figura como representante da sua vontade!

Infames furtos!

O Parlamento é a representação única e simples dos influentes grosseiros, analfabetos, que dispõem de grande número de cabeças de gado que lhes dão uma fabulosa fortuna, e de grande número de braços de trabalhadores, que lhes dão o voto, o voto que garante a eleição de quem elas quiserem, e que, por este facto, é um belo elemento de negócio!

E toda esta comédia, toda esta grosseria mentira, toda esta odiosa burla, é feita à luz do dia, com reclames nos jornais como os antíicos de pílulas milagrosas para uso de velhos desiludidos.

Não existe a preocupação de ocultar. Eles, os miseráveis furtos, contam tanto com a submissão dos seus explorados, que dispõem da sua vontade, do seu voto com o máximo descaremento e naturalidade.

Os jornais, como se anunciassem a coisa mais natural deste mundo, informam:

«É influente em tal parte o sr. fulano.»

Isto significa:

Está sob a pata do sr. fulano, a vontade dum rebanho de explorados, a quem a mais revoltante comédia de costumes políticos chama eleitores...

Então, o que vale é que o parlamentarismo fracassa, e como o Parlamento é a vontade dos donos, dos assambadores do país, são finalmente eles que estão frassando...

Mas assim mesmo, ainda há imensos influentes a demonstrarem o pavoroso número de explorados que os suportam...

E. F.

Boicotagem aos produtos ingleses na Índia

O jornal indígena «Navayuga», que defende o movimento de independência na Índia, aconselha os seus leitores a que «boicotem» os produtos ingleses, a fim de conseguirem a libertação dos presos politicos nas reclamações que formularam.

Dié que a boicotagem ao sal, tecidos, automóveis e mais alguns produtos ingleses forçará os imperialistas da Inglaterra a prestar atenção às reclamações do povo indio.

Nos cárregos de Espanha

cometem-se barbaridades inquisitoriais

Os governos, quer sejam democráticos, quer ditatoriais, equivalem-se na crueldade com que sempre tratam aqueles que contra elas se atrevem a revoltar-se.

Assim, vamos citar alguns factos passados na Espanha com os presos políticos — factos, aliás, semelhantes aos praticados noutros países, onde existem repúblicas democráticas avançadas.

Em 12 de Junho na prisão de Cartagena bateram selvaticamente num condenado político que tinha ousado fazer uma reclamação. Ele defendeu-se, e alguns outros presos solidarizaram-se com o seu gesto.

Mas este acto de revolta foi em breve abafado. Com o auxílio da guarda externa impôs-se a ordem a tiros de pistola, e em seguida cada revoltado foi encerrado num calabouço diferente, com os pés e as mãos presos à parede. Foram eles 16 camaradas, entre os quais se encontra José Sanchez Barroso, que em 1923 se opôs no porto de Málaga ao embarque das tropas para Marrocos. Têm aí ficado nesta terrível situação durante um ano, sem outro alimento senão água salgada.

Um deles, Miguel Planellas, que entrou nessa prisão tão e forte, em 1923, já morreu tuberculoso em 12 de Agosto findo.

Um outro camarada, Lozano Palacio vítima também destes selváticos castigos teve de ser transportado para o hospital da prisão, onde, com os pés e as mãos presas à cama, espere a morte ou a loucura.

O camarada Luis Arché, encerrado num calabouço húmido, tuberculoso também, vê-se obrigado a dormir no chão, com as mãos presas à parede. Na mesma situação se encontram os camaradas Jesus Macias, João Aguiça, Alfredo Martínez, etc. que são todos os dias selvaticamente espancados pelos carcereiros Torres, Contreras, Abalojo e outros.

Nas prisões de Ocaña, Burgos e Bilbau

O regime prisional é o mesmo em toda a Espanha. Na prisão de Ocaña, os camaradas José Luis Gaião e José Bilbao são igualmente torturados. O primeiro, quase morto, é obrigado a dormir no chão num calabouço cheio de água. O segundo está num grave estado de loucura por causa de atrocidades torturas. Querem matá-lo o mais depressa possível.

Em Burgos e em Chinchilla, os condenados políticos estão submetidos a um regime que lembra os tempos da Inquisição.

Bate-se-lhes com pequenos sacos cheios de areia, para que a dor seja mais viva, e não fiquem sinais das pancadas. A maior parte do tempo, os presos não comem. A tísica e a loucura eis o resultado inevitável dum tal regime.

Em Bilbau os presos revoltaram-se aqui há tempos contra tais crimes. Mas era precisamente o que desejavam os carcereiros. Provocaram primeiramente estes protestos, e em seguida, sob o pretexto de os reprimir, submeteram os presos aos maiores tormentos.

Conceitos da liberdade, por William Petry.

Crónica Internacional — A diplomacia dos sôvites.

O que todos devem saber..., Chico, Zecas & C. (com gravuras)

Desenhos de Stuart Carvalhal e Norberto Nobre.

A HORA É DE SACRÍCIOS!...

Notas & Comentários

Um apelo simpático

O Núcleo da Juventude Sindicalista de Vila Nova de Gaia, com sede na rua General Tóres, 143, na mesma vila, fez um apelo aos escritores e casas editoras pedindo livros para a sua biblioteca. E simpática esta boa vontade em se educarem os jovens operários daquela localidade mostram. Estamos convencidos de que não será em vão o seu apelo.

Um que não vai para a Gulnê...

Não é fantasia do jornalista. Em grosso caractere a imprensa noticiava-o ontem: Foi preso um agente da P. S. E. por abuso de autoridade. Vasculhando a notícia concluímos que o tal abuso de autoridade consiste num autêntico caso de burla de que o víctima um pobre homem que se afeiou com a arrogância do «honrado» agente.

Não vimos pedir a prisão para o zeloso agente, que se chama João da Silva. Ela não regeneraria um delinqüente como o agente burlão, que se celebrou em França, e na quadriélia «Mão Fatal». Simplesmente o que vimos chamar a atenção do leitor é para o facto de na Guiné haver operários que nunca fizeram parte da «Mão Fatal» e que foram acusados por esses gentes que passam a vida «abusando da autoridade»...

LEIAM AMANHÃ

O SUPLEMENTO SEMANAL

DE

A BATALHA

SUMÁRIO:

A Sociedade das Nações e o perigo que representa para a liberdade dos povos.

O soldado desconhecido francês é alemão, por Mário Domingues.

A sensibilidade do povo vista pelo prisma burguês, por Eduardo Frias. Trabalhadores e parasitas, por No-gueira de Brito.

Deus, por José Carlos de Sousa.

Uma vítima, conto de Jesus Peixoto.

A prostituição regulamentada, por Arnaldo Brasão.

Vida literária: Zola e Cândido de Figueiredo, por Adolfo de Castro.

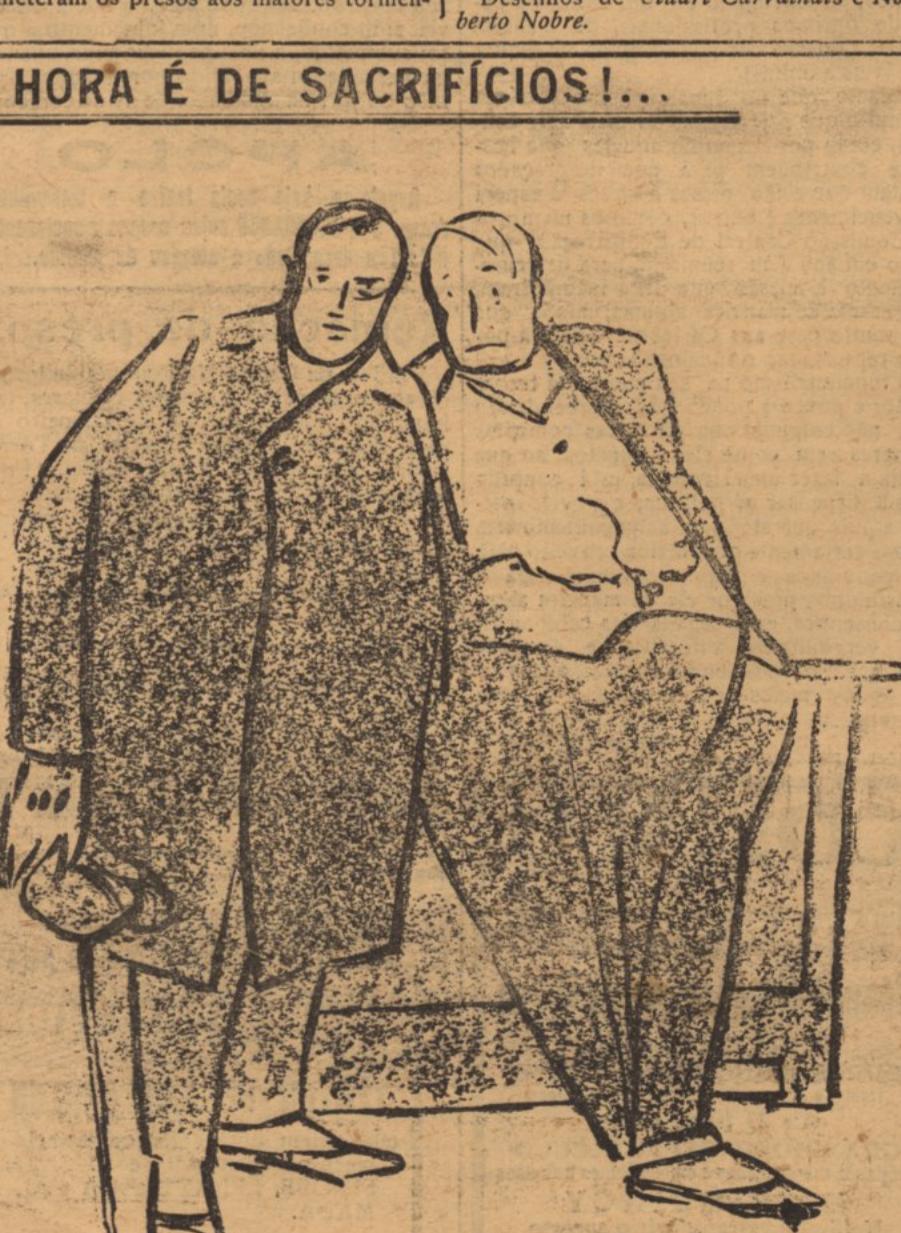
A derrota do legalismo, por Ernesto Dubois.

Conceitos da liberdade, por William Petry.

Crónica Internacional — A diplomacia dos sôvites.

O que todos devem saber..., Chico, Zecas & C. (com gravuras)

Desenhos de Stuart Carvalhal e Norberto Nobre.



O MÉDICO — Se quizer salvar-se, reduza a metade o número das suas refeições.

O BURGUÊS — Ó diabo! Então tenho de passar a comer só seis vezes por dia? ...

Alguns pormenores interessantes sobre a indústria textil na China

A guerra mundial levou também a China a desenvolver os germes já existentes da sua própria indústria textil. Estabeleceram-se fábricas, e nas regiões de clima favorável fizeram-se plantações de algodão. Esse desenvolvimento teve uma repercussão em duplo sentido: matou o trabalho manual a favor da fabricação dos artigos em fábricas, e arruinou as grandes massas de pequenos camponeses indígenas, com o estabelecimento de plantações de algodão.

Depois desse desenvolvimento favorecido pela guerra, produziu-se a crise. A jornada de trabalho foi reduzida. As fábricas pertencentes a capitalistas chineses passaram para as mãos de capitalistas estrangeiros.

Foi sobre todo o capital japonês o que nos últimos tempos tomou posse dum grande parte das fábricas chinesas, ao mesmo tempo que criava outras fábricas.

é porque aspira o capitalismo japonês a estabelecer tantas fábricas na China, quando o seu próprio país teve que fechar fábricas, e reduzir a jornada de trabalho? As razões são as seguintes:

A exportação da indústria textil japonesa vai na sua maior parte para a China; porém, uma grande parte do algodão bruto que utiliza é comprado na China. E, pois, vantajoso estabelecer imediatamente fábricas na China, evitando assim o duplo transporte e os duplos direitos da alfândega.

O salário dos trabalhadores chineses é inferior ao dos japoneses; e a jornada de trabalho dos operários chineses é mais longa que a dos japoneses. Eis, pois, uma dupla vantagem para os industriais.

Crónica literária

Alentejo não tem sombra...

Nos poucos repositórios de quadras do nosso povo, não sei se nas «Mil Trovas» coligidas por Alberto de Oliveira, se no «Cancioneiro Popular» de Teófilo Braga, encontrei algumas das que constituem o «folklore» da chárnea alentejana, uma das quais abre por este verso:

«Alentejo não tem sombra».

E' a província alentejana uma chárnea, imóvel e silenciosa, uma planura monótona e triste, uma stepa rasa e seca, onde a orografia se concentra e unifica, em acanhado relêvo, nos distritos de Évora e Portalegre, e onde os trigais são oásis de alguma vida e de alguma alegria, por entre as oliveiras e azinheiras, sôbrios e estevas.

Uma secura imensa de paisagem, uma aridez forte dos montados e — como consequência lógica, imediata, invariável — um sentimento de profunda melancolia nas canções regionais. E' que o «folklore» de todas as nossas regiões típicas, modalidades apartadas de umas para as outras, são o reflexo mais perfeito, a expressão mais completa, o desenho mais correcto das características especiais dessas mesmas regiões, no bulício natural das gentes, na elegria dos trajares, na vivacidade das cores e formas das habitações campestres e das casas aldeias, no ruído das festas das colheitas, das debulhas e das vindimas, na perspectiva identificadora do local, na intensidade da vida pastoral.

O Alentejo mereceu ao sr. António Arroio que se afirma conhecedor de assuntos ritmicos, esta definição: «canção lenta, profunda, triste; danças rudes, por vezes vivas e alegras.» E' uma definição que me parece insuficiente, que pouco diz.

Lembra-me agora — vai para uns seis meses — ter ilustrado o compositor e professor do Conservatório do Porto sr. Armando Leça realizado, na Academia dos Amadores de Música uma curiosíssima conferência, acompanhada de demonstrações musicais, acerca dos diferentes géneros de «folklore» nacional. O Alentejo também tomou parte no cortejo, com a melancolia, prisa e dôce, dos seus cantares de tristeza e de festa.

Ficando a planície desolada e pobre do Alentejo entre as campinas verdejantes e graciosas do Ribatejo e os pôrmos opulentos e irrequietos do Algarve, o «colarinho» do Alentejo não encerra equiparade de alegria e movimento de cér in relação ao «fandango» do Ribatejo e ao «mexidinho» do Algarve. O Alentejo, triste na paisagem, é triste na canção.

Mas eu não conheço «de visu» e «in loco» a província alentejana; conheço-a tão sólamente, das conferências ouvidas e dos livros lidos. E o Alentejo presta-se admiravelmente a óptimos temas de literatura, pelo seu índice de sugestão e mistério.

Enterneceu o conde de Monsaraz, o poeta da «Musa Alentejana», volume todo sugerido — diz Mendes dos Remédios — pela região a que se orgulhava de pertencer.

Encantou D. João da Câmara, escritor que nas peças dramáticas, de cuidada psicologia, «Os velhos» e «A triste viúvinha» deixou muito do seu amor ao Alentejo. No 1.º acto de «Os velhos» quem há que não se comova ao ouvir cantar aquela quadra:

Não te cases, não, cachopa
São João espera o teu bem.
E' esp'rar, é esp'rar, cachopa,
São João do ano que vem.

Em várias situações dessa comédia surge o moimbo como um «leitmotif» e na «Triste viúvinha» lá se acentua: «aquele moimbo a uiuar, que tristeza!»

O Alentejo também foi adoçado por Fialho que dele nos dá soberbas e formosas páginas, de tragédia intensa, de grande descriptivo, em trechos dos volumes «A' esquina» e «Pais das uvas», nos quais surgem de onde em onde «bois colhendo a dente, com mimo, as herbagens razas do solo».

E agora, no livro ultimamente editado pela casa Guimarães & C.ª, que gentilmente me ofereceu, com o título «Quadros alentejanos», o dr. sr. Brito Camacho, a quem a política não nos deixava desvendar todo o seu valor de pluminato, encontrei alguns momentos de leitura branca, expressiva e — por assim dizer — alentejana. Quadros que são todos pintados pela mão dum mestre da prosa. Quadros que nos dão a realidade da vida humilde daquela gente, rude e simples. Quadros que passam diante do «écran» da minha retina de emoção, como contos maravilhosos teatralizados entre montados, trigais e estevas. Quadros que quadram bem no caixilho infinito dos horizontes largos da paisagem alentejana e na moldura, desataviada de embutidos e ornamentaria cara, do nosso museu de literatura contemporânea.

Adolfo de CASTRO

Universidade Popular Portuguesa

Na próxima terça feira, 27, às 21 horas, na Universidade Popular Portuguesa, Rua Particular à Rua Almeida e Sousa, à Estrela, realiza uma conferência o sr. José Carlos de Sousa, que fará algumas considerações sobre a situação da mulher através dos tempos. Em seguida haverá sessão cinematográfica.

LA NOVELA IDEAL

Acaba de chegar o n.º 17 desta revista intitulado *Amor maldito*, de Federico Urtaza. Preço, \$50.—Pedidos à administração de A Batalha.

A atitude da Federação Marítima

Os marítimos da Foz do Douro tomam resoluções

FOZ DO DOURO, 23.—Em assembleia geral, reuniu esta classe para tratar, entre outros assuntos, da atitude da Federação Marítima.

E' discutida uma censura que contra Manuel Gomes de Matos fôra exarada na acla, em virtude de ter constado à classe que aquele militante não tivera a energia suficiente para responder, como devia, aos delegados da Federação Marítima quanto às resoluções da sua classe em face do conflito latente, possivelmente transigindo com êsses delegados até que se efectuasse nova assembleia.

Manuel Gomes de Matos deu amplas explicações, segundo as quais aquela camarada declarou não proferir quaisquer palavras que prejudicassem a moral e a orientação dos Marítimos da Foz do Douro, e, portanto, das suas deliberações. Tudo quanto os referidos delegados da Federação Marítima disseram em contrário a seu respeito, reputa da mais absoluta falsidade, pelo que lavra o seu mais veemente protesto contra os orientadores da Federação Marítima.

Em consequência destas explicações, a assembleia, depois de falarem vários oradores, resolveu levantar a censura em questão, continuando Manuel Gomes de Matos a merecer toda a consideração à classe, que repudia todas as manobras dos políticos da Federação Marítima.

A seguir, foi debatida pretensão que os pilotos da barra têm em baixar os salários dos marítimos, sob o pretexto de que o governo lhes baixou as tabelas, esquecendo-se os pilotos de que, quando lhes subiam as mesmas tabelas, não distribuíram êsses benefícios pelos seus assalariados.

Após larga discussão, foi aprovada a seguinte moção:

«Considerando que o procedimento da corporação dos pilotos da barra do Douro, pretendendo abater os já magros salários dos sócios desta classe, apenas revela má fé e intuios inconfessáveis;

Considerando que no momento em que o governo aumentou os preços em tonelagem das embarcações aos referidos pilotos, estes não se dignaram reparir o aumento com os trabalhadores marítimos da Foz, o que nos desorbiu de qualquer baixa nesta ocasião; os marítimos da Foz do Douro, reunidos em assembleia geral no dia 19 de Outubro de 1925, resolvem:

1.º Nomear uma comissão de 3 membros com o encargo de procurar, por todos os meios ao seu alcance, que os salários dos marítimos não sejam diminuídos;

2.º Chamar a atenção da Comissão Administrativa da União dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais do Norte, para que este organismo, de harmonia com a União dos Sindicatos Operários do Porto, Conselho Inter-Sindical dos Marítimos do Sul e C. G. T. procure levar a bom termo a nossa reclamação;

3.º Ficar em sessão permanente para, em últimas instâncias, resolver o caminho a seguir.»

Aécra circular que o Conselho Inter-Sindical dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais do Centro e Sul enviou aos organismos discordantes da F. M., a assembleia, depois de algumas considerações, aprovou o seguinte documento:

«Os Marítimos da Foz do Douro, reunidos para apreciar assuntos de interesse colectivo, apreciando a circular que o Conselho Inter-Sindical dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais do Centro e Sul lhe enviou respondeu responder o seguinte:

1.º Julga a classe completamente suficiente as razões apontadas e, portanto, vota a imediata criação do novo organismo federativo;

2.º Entende também que podem as assembleias gerais dos sindicatos marítimos portugueses apreciar o estatuto do referido organismo; no entanto, julga indispensável a realização dum congresso constitutivo da nova Federação, em momento oportuno.»

Em virtude da Junta da Foz do Douro pretender uma quantia verdadeiramente exorbitante pelo terreno ocupado pelas campas das camaraças vítimas do desastre da cataria auxiliar, em 1920, foi resolvido lamentar tal facto e apenas remir o referido terreno, esperando melhor oportunidade para tomar posse do mesmo sem depender de qualquer importância, visto que os trabalhadores nada devem pagar pela terra que ocupam depois de mortos...».

Os descarregadores de mar e terra de Leixões dão a sua adesão à União dos Trabalhadores Marítimos

LEIXÕES, 23.—Reuniu esta classe para, entre outros assuntos, apreciar a missão dos seus delegados ao Congresso Confederal e Conferência Marítima, bem como pronunciar-se sobre uma circular emanada do Conselho Inter-Sindical dos Marítimos do Centro e Sul discordante da atitude da F. M.

A' reunião assistiu o secretário geral da União dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais do Norte que para tal fôra convidado.

Depois de ter sido dado o devido despedido ao expediente, foi dada a palavra a Joaquim do Carmo, que principiou por fazer votos pela prosperidade daquele Sindicato. Historiou, com clareza, o valor do Congresso Confederal e Conferência Marítima e as vantagens que dessas magnas reuniões advêm para os trabalhadores.

Entre outros usaram da palavra os camaradas Carlos Coelho e Júlio Machado, os quais igualmente exaltaram e historiaram sucintamente, o que em Santarém se passou, sendo, por fim, aprovados por unanimidade os trabalhos realizados no Congresso Confederal e Conferência Marítima, e os resultados que dessas magnas reuniões advêm para os trabalhadores.

Passando-se à apreciação de circular superencionada, foi aprovado, depois de breve discussão, numa moção, segundo a qual os descarregadores de terra e mar de Leixões julgam: que são suficientes as razões apontadas, votando, portanto, a imediata criação de novo organismo federativo; que podem os sindicatos marítimos e fluviais portugueses apreciar, nas respectivas assembleias gerais, os Estatutos do referido organismo; que, no entanto, é indispensável a realização no momento oportuno dum Congresso constitutivo da nova Federação.

Por último falou o camarada Felisberto Baptista, pela U. S. O. do Porto, sendo o seu discurso uma análise aos actos dos dirigentes da F. M., ouvindo-se vivas à organização operária, C. G. T., Batalha, etc.

Ficou resolvido também que a direção pague \$30000 que a classe deve à União dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais.

INTERESSES DE CLASSE

O Funcionalismo Público desperta para a luta

O Funcionalismo que últimamente tão silencioso se mostrava, aparentando para com tudo uma indiferença bastante prometedora, volta de novo a dar-nos sinal da sua existência e daí, o facto de em certos meios muito conhecidos começarem de novo também a dar mostras de que o não esquecem e não se esquecem e quem sabe mesmo se para isso provar o antigo presidente do ministério e ministro das finanças António Maria da Silva que por él tem mostrado sempre uma dedicação ilimitada, de se ocupou na célebre conferência do Pórtico.

A existência do funcionalismo que muitos conhecem apenas quando ele se movimenta ou reclama, demasiadas vezes aqui o afirmado seria tida como real e positiva, com efeitos continuasse a movimentar-se e a sériamente impor-se, pois que sendo ele o principal se não o único cooperador do Estado, afotamente o afirmamos é ele o próprio Estado. O Estado é mau quando o funcionalismo o quer e bom quando o funcionalismo o deseja, pois que é ele e não os políticos quem ministra a instrução, quem dirige os transportes, quem dita a Assentença e quem faz a cobrança e gasta as importâncias. Ainda que na maioria dos casos seja o político quem nessas funções representa o funcionalismo é contudo a este que temos de imputar as culpas ou dirigir os elogios e o Estado terá tanto mais resumido a sua existência quanto mais perto estiver a intenção do funcionalismo; no dia em que o funcionalista queira a vida do Estado estará por completo paralisada sem que com isso sofra e se prejudique a comunidade.

A ocasião que o funcionalismo escolheu de novo de voltar à liga e a dizer que está disposto a lutar para que o considere e respeite é de todas a mais própria e certeira, tanto mais que aquilo que ele comece por reclamar — equiparação de vencimentos — é tudo quanto há de mais justo e humano, pois de maneira alguma se pode admitir que um Estado que na sua bandeira inscreve a palavra igualdade possa consentir que a favor duns e em detrimento de outros se faça o descarado dos favoritismos, porque esse favoritismo, não é feito do bolso desse ou aquele categorizado, como o não é da algaroba desse ou daquele político, é feito à custa da miséria e necessidade dum povo que tudo paga e produz, e tanto certo disso estão os profissionais da política, aqueles profissionais que medem os interesses da nação pelo tamanho do seu estômago, que já um deles, e à maneira de papó, terrorista, no Pórtico foi falando na reorganização de serviços e na redução de funcionalismo.

O movimento que o funcionalismo novo encetou, quando bem conduzido e tratado, poderia trazer para este admirável benefício, uma vez que está num momento em que os políticos coisa alguma useriam negar-lhe, tanto mais que se dão de modo de estes o conhecerem como força organizada capaz dos maiores cometimentos.

Na reorganização que para ai anunciam o funcionalismo fazer valer os seus mais importantes pontos de vista, mais que antes de tal se iniciam, não mais, facil de que procurar saber o que se entende por reorganização de serviços e redução de quadros. Sim! Porque reorganização de serviços não é baralhar, confundir e arranjar nichos para nova legião de afiliados, mas sim colocar os serviços públicos à altura do lugar que devem ocupar; assim como por redução de quadros só posso compreender aquela que efectuando-se quando se verifique que de facto existem funcionários a mais, o que duvido, comece por afastar os proprietários, os industriais, os comerciantes e os reformados de outros serviços do Estado; de contrário não!

Na reorganização que para ai anunciam o funcionalismo fazer valer os seus mais importantes pontos de vista, mais que antes de tal se iniciam, não mais, facil de que procurar saber o que se entende por reorganização de serviços e redução de quadros. Sim! Porque reorganização de serviços não é baralhar, confundir e arranjar nichos para nova legião de afiliados, mas sim colocar os serviços públicos à altura do lugar que devem ocupar; assim como por redução de quadros só posso compreender aquela que efectuando-se quando se verifique que de facto existem funcionários a mais, o que duvido, comece por afastar os proprietários, os industriais, os comerciantes e os reformados de outros serviços do Estado; de contrário não!

Na reorganização que para ai anunciam o funcionalismo fazer valer os seus mais importantes pontos de vista, mais que antes de tal se iniciam, não mais, facil de que procurar saber o que se entende por reorganização de serviços e redução de quadros. Sim! Porque reorganização de serviços não é baralhar, confundir e arranjar nichos para nova legião de afiliados, mas sim colocar os serviços públicos à altura do lugar que devem ocupar; assim como por redução de quadros só posso compreender aquela que efectuando-se quando se verifique que de facto existem funcionários a mais, o que duvido, comece por afastar os proprietários, os industriais, os comerciantes e os reformados de outros serviços do Estado; de contrário não!

Na reorganização que para ai anunciam o funcionalismo fazer valer os seus mais importantes pontos de vista, mais que antes de tal se iniciam, não mais, facil de que procurar saber o que se entende por reorganização de serviços e redução de quadros. Sim! Porque reorganização de serviços não é baralhar, confundir e arranjar nichos para nova legião de afiliados, mas sim colocar os serviços públicos à altura do lugar que devem ocupar; assim como por redução de quadros só posso compreender aquela que efectuando-se quando se verifique que de facto existem funcionários a mais, o que duvido, comece por afastar os proprietários, os industriais, os comerciantes e os reformados de outros serviços do Estado; de contrário não!

Na reorganização que para ai anunciam o funcionalismo fazer valer os seus mais importantes pontos de vista, mais que antes de tal se iniciam, não mais, facil de que procurar saber o que se entende por reorganização de serviços e redução de quadros. Sim! Porque reorganização de serviços não é baralhar, confundir e arranjar nichos para nova legião de afiliados, mas sim colocar os serviços públicos à altura do lugar que devem ocupar; assim como por redução de quadros só posso compreender aquela que efectuando-se quando se verifique que de facto existem funcionários a mais, o que duvido, comece por afastar os proprietários, os industriais, os comerciantes e os reformados de outros serviços do Estado; de contrário não!

Na reorganização que para ai anunciam o funcionalismo fazer valer os seus mais importantes pontos de vista, mais que antes de tal se iniciam, não mais, facil de que procurar saber o que se entende por reorganização de serviços e redução de quadros. Sim! Porque reorganização de serviços não é baralhar, confundir e arranjar nichos para nova legião de afiliados, mas sim colocar os serviços públicos à altura do lugar que devem ocupar; assim como por redução de quadros só posso compreender aquela que efectuando-se quando se verifique que de facto existem funcionários a mais, o que duvido, comece por afastar os proprietários, os industriais, os comerciantes e os reformados de outros serviços do Estado; de contrário não!

Na reorganização que para ai anunciam o funcionalismo fazer valer os seus mais importantes pontos de vista, mais que antes de tal se iniciam, não mais, facil de que procurar saber o que se entende por reorganização de serviços e redução de quadros. Sim! Porque reorganização de serviços não é baralhar, confundir e arranjar nichos para nova legião de afiliados, mas sim colocar os serviços públicos à altura do lugar que devem ocupar; assim como por redução de quadros só posso compreender aquela que efectuando-se quando se verifique que de facto existem funcionários a mais, o que duvido, comece por afastar os proprietários, os industriais, os comerciantes e os reformados de outros serviços do Estado; de contrário não!

Na reorganização que para ai anunciam o funcionalismo fazer valer os seus mais importantes pontos de vista, mais que antes de tal se iniciam, não mais, facil de que procurar saber o que se entende por reorganização de serviços e redução de quadros. Sim! Porque reorganização de serviços não é baralhar, confundir e arranjar nichos para nova legião de afiliados, mas sim colocar os serviços públicos à altura do lugar que devem ocupar; assim como por redução de quadros só posso compreender aquela que efectuando-se quando se verifique que de facto existem funcionários a mais, o que duvido, comece por afastar os proprietários, os industriais, os comerciantes e os reformados de outros serviços do Estado; de contrário não!

Na reorganização que para ai anunciam o funcionalismo fazer valer os seus mais importantes pontos de vista, mais que antes de tal se iniciam, não mais, facil de que procurar saber o que se entende por reorganização de serviços e redução de quadros. Sim! Porque reorganização de serviços não é baralhar, confundir e arranjar nichos para nova legião de afiliados, mas sim colocar os serviços públicos à altura do lugar que devem ocupar; assim como por redução

A BATALHA

A HORA É REVOLUCIONÁRIA

Para que a situação actual seja revolucionária é necessário que ela reúna três condições:

1º. Um concurso de circunstâncias excepcionalmente graves que comprometam a responsabilidade da classe dirigente e as instituições sobre as quais repousa o regime capitalista.

2º. Dificuldades de toda ordem: tão constrangedoras que exijam uma pronta solução, e de tal natureza, que os governantes pareçam e sejam na realidade, incapazes de resolver os problemas presentes.

3º. Na classe opressora: inconsciência, desordem, incerteza, desequilíbrio; na classe oprimida: mentalidade rebelde, cultura revolucionária, organização vigorosa; existência de uma minoria agitadora, susceptível de inspirar aos militantes que ela anima uma confiança esclarecida e sólida na urgência e fecundidade de uma república, tendo por fim destruir o existente e construir para o futuro.

Para distinguí-las, qualifico as duas primeiras condições de materiais e a terceira de moral.

Agora, resta-nos saber se estas três condições existem realmente.

A primeira existe certamente, não só em França, mas em todos os grandes Estados.

Uma simples enumeração, sem exposições inúteis, sem explicações supérfluas, basta para demonstrar a existência da primeira condição material.

Todas as nações ditas civilizadas—estilo burguês—atravessam uma crise financeira profunda, suportando um mal estar industrial e comercial considerável. A instabilidade e a crise do trabalho intenso e prolongado e a vida excepcionalmente cara, o desequilíbrio económico, não têm precedentes e por outro lado, o caos político é indescritível.

Todas estas circunstâncias encadeiam-seumas às outras; pela sua própria complicação, obrigam as potências endinheiradas, sob pena de paralisia geral, a constituir, nacionalmente e por grupos de nações, «trusts» enormes, condenados, para viver, a uma extensão sem limites.

Quer a gente trate do trigo, petróleo, ferro ou carvão; quer dos meios de transporte ou comunicações bancárias, certas organizações colossais, dirigidas fatalmente uma contra as outras, rivalizam em apetite e cobiça, que, mais tarde ou mais cedo, mas inevitavelmente, só poderão liquidar-se no sangue das multidões imoladas a estes imperialismos competitidores.

No interior de cada país, só há desordens e incerteza; a vida cada vez mais cara, a desconfiança no dia de amanhã, os salários desviando-se cada vez mais das necessidades de existência, os impostos cada vez mais pesados, os partidos, perfeitamente falhos de juizo, o descontentamento geral, os gastos desenfreados dos de cima e uma miséria sempre crescente dos de baixo.

Este terrível lodaçal agrava-se pela constante ameaça de uma nova conflagração iminente, que será muito maior, em ruínas, na perda de vidas humanas e em horror, à última guerra, à ideia da qual, no entanto, o universo ainda estremece.

No exterior, os impérios coloniais dos que tanto se orgulham e se prendem civilizados, estão profundamente emocionados.

Tributários, por direito de conquista, de domínio ou protectorado, das metrópoles europeias, dos imensos continentes, a Ásia e a África, sublevam-se — por fim! — com ardente e legítimo desejo de libertar-se.

O crescente subleva-se contra a cruz; o Oriente oprimido insurreciona-se contra o Ocidente opressor e tudo faz prever que os tempos se aproximam para que estas raças insurrecionadas despedem as cadeias da brutal «colonização».

Não é necessário ser-se muito versado nas letras para se reparar que cada uma destas circunstâncias e, com maior razão, o conjunto destes factos trazem consigo problemas escabrosos que comprometem formalmente a responsabilidade das classes dirigentes e põem em jogo, pela obrigaçao e urgência em resolvê-los, a existência das instituições sobre as quais repousa o mundo capitalista.

Eis, com tóda a evidência, a primeira condição plenamente comprovada.

A segunda não o está menos.

Não creio que haja alguém que pretenda que os governos estão em condições de opôr um remédio eficaz à incalculável soma de dificuldades a que têm de fazer frente imediatamente e, em todos os casos, muito prontamente.

O que fazem os governos? Abrimos os olhos: os chefes de Estado, os ministros, diplomatas, os grandes capitães da finanças, do comércio e da indústria, vacilam, balbuciam, starantam-se, contradizem-se, fencem voluntariamente os olhos, procuram ganhar tempo, desculparam-se, atrapalham-se, mentem, accusam-se mutuamente de imprudentes, de hipocrisia, incapacidade e traição; desertam, peroram, declaram, discutem, legislam, decretam, ameaçam, agitam-se, enervam-se, perdem a cabeça, reprimem e executam.

Bom sistema!

E depois?

Depois, embora eles o neguem, dão a impressão, para tóda a pessoa clarividente, de que os acontecimentos são superiores às suas forças, e que no quadro social os empastros de nada valem, que os governantes são verdadeiramente incapazes de remediar uma situação tal ponto catastrófica.

Eis pois a segunda condição comprovada como a primeira.

Vejamos: a terceira e última condição: a condição moral.

Nos factos a situação é revolucionária; nunca o foi tanto. Creio que já o demostrei.

Mas isto não basta. Eu não pertengo à escola socialista que, afirmando que as condições materiais são tudo, a vontade, a consciência, a mentalidade, as aspirações, as intenções e a perspicácia dos homens não são nada ou quase nada.

A razão, história e atenta observação dos factos demonstraram-me que a revolução não se pode fazer por si só, fatalmente, quando tendo-se produzido e generalizado certos fenômenos e os estados económicos e políticos tenham chegado ao seu apogeu, a hora da revolução soará, quer se queira ou não, no ciclo da história, sem que os militantes nem os governantes tenham a possibilidade de retardar esta hora, de avançar ou de deixar passar.

Para entrar no domínio das realidades, o acto «Revolução» tem necessidade de re-

CRISE DE TRABALHO E BAIXA DE SALÁRIOS

Sindicato dos Corticeiros de Aldeagalega

Reuniu este sindicato para protestar contra a baixa de salários que os industriais querem impor, sendo resolvido por unanimidade dar todo o apoio à Federação Corticeira Nacional e acatar todas as suas resoluções.

A assemblea tomou conhecimento da prisão de Manuel J. de Sousa, por causa dum cartaz anónimo que o administrador recebeu dum chacineiro de Aldeagalega acusando esse camarada de tentar contra a vida de um grande potentado desta localidade. Foi resolvido protestar energicamente contra a detenção desse camarada e reclamar a sua imediata liberdade, nomeando uma comissão para instar com o administrador para tal fim.

Operários do mobiliário

E na próxima quarta-feira que se realiza a assemblea magna desta classe, com a seguinte ordem de trabalhos: nomeação de comissões de vigilância ao horário de trabalho e contra a fórmula de horário de empregada, e fixação do salário mínimo.

A assemblea apreciará ainda a necessidade de se estabelecer uma distribuição equitativa de trabalho, indo, se tanto for preciso, até à redução das horas de trabalho.

Pela distribuição dos avisos convocatórios da assemblea, a Comissão de Resistência solicita a todos os operários sem trabalho, a todos os que estão a trabalho reduzido e a um operário por cada oficina a sua passagem pela sede do Sindicato até terça-feira à noite.

Manufactores de Calçado de Lisboa

Não obstante a proibição do governador civil, da sessão no Sindicato Ferroviário, efectuou-se ontem na sede do Sindicato uma importante reunião da classe, para apreciar a pretensão de alguns industriais obreiros em reduzirem os salários.

Na sessão que foi largamente concorrida, foi por vários camaradas verberada a atitude de tais industriais, sendo unânime a classe em resistir à tal pretensão, sendo no final aprovada uma moção com as seguintes conclusões:

1º Desenvolver uma intensa ação de resistência contra a baixa de salários;

2º Proceder imediatamente à nomeação dos Comités de Oficinas;

3º Desenvolver uma intensa campanha contra os obreiros, por serem os que mais directamente contribuem para a depreciação da indústria, e consequente ameaçamento dos operários que para tais indivíduos trabalham;

4º Desenvolver entre a classe, e iniciar desde já, a propaganda tendente à centralização da indústria, e bem assim defender o critério do estabelecimento da tabela única para a classe.

Reunião depois a comissão do movimento, deliberou que a classe reúna novamente em assemblea magna na próxima quinta-feira, às 21 horas, na sede do Sindicato.

Operários metalúrgicos

Conforme resoluções tomadas em reunião da Comissão Administrativa do S. U. Metalúrgico esta semana será editado um manifesto à classe convidando o pessoal das diferentes oficinas metalúrgicas a nomearem um ou, mais devidamente, a uma reunião que se realizará, na próxima quinta-feira, pelas 21 horas, na sede deste sindicato para se estudar a forma de opor uma barreira à exploração capitalista.

As sessões magnas efectuar-se-ão nos seguintes dias:

Dia 3, às 20 horas, na sede do Sindicato,

dia 4, às 20 horas, na rua Barão do Sabrosa, 81, 1º, ao Alto do Pina; dia 5, às 20 horas, na rua de Marília, 57, o Poço do Bispo; dia 6, às 20 horas, na rua Paulo da Gama, 6, 1º, a Belém.

Operários da Construção Civil

O delegado da Bolsa de Trabalho e Solidariedade da Construção Civil conferenciou ontem com o senhor Cunha Belém sobre a reabertura das obras da Maternidade. Por este senhor foi informado que as folhas para o levantamento da primeira prestação de 400 contos já transitaram da contabilidade do ministro do Trabalho para a contabilidade social daquele ministério, faltando apenas ser assinada pelo chefe da respectiva contabilidade para a Junta Autónoma levar a respectiva verba. Em virtude desta informação o delegado deste organismo procurará amanhã o sr. Bonjardim.

Na próxima terça-feira realizar-se-á uma conferência com o sr. Mira Feio sobre a reabertura das obras das antigas Encarnadas Postais.

O operariado têxtil da Covilhã prepara-se para um enérgico e decisivo movimento de protesto

COVILHÃ, 22.—A Associação dos Operários da Indústria Têxtil espalhou um manifesto-convite aos operários de lanifícios, a fim de reunirem ontem, pelas 19 horas.

Este apelo foi entusiasticamente correspaldado por todo o proletariado covilhense, que muito antes da hora marcada já encinha por completo o edifício da associação, discentindo animadamente e fazendo hipóteses sobre o provável resultado da assembleia.

Todos, numa forma unânime, condenavam encorajadoramente o procedimento indigno dos industriais, «em especial Júlio da Cruz e José da Cruz Fael, sendo muito comentada a ação da Associação Industrial não responder aos ofícios que lhe foram enviados sobre salários.

Um nervosismo intenso fazia vibrar tóda a assistência, falando-se já em greve geral, comícios, etc., etc., mas, entretanto ia-se aguardando...

Eram 20 horas quando foi aberta a sessão, presidindo José Mamedo, secretariado por António Quintela e Francisco Seca.

Núcleo de Almada—Idem.

Núcleo do Seixal—Idem.

Pede-se aos Núcleos de Evora, Faro, Fafe, S. Bartolomeu de Messines, Valença do Minho, Aljustrel e Tomar para enviarem as credenciais para os seus delegados com urgência.

Depois de José Carrilho, António Lopes Jorge e Francisco Alves da Costa, explicarem duma maneira muito precisa o cami-

A audácia clerical

Uma carta de aplauso à atitude da professora Marceliana Vaz

Da nossa camarada Miquelina Sardinha, professora da escola que o Sindicato da Construção Civil de Ponte de São Martinho, recebemos a carta que gostosamente reproduzimos:

Camarada director de «A Batalha»—Acabo de ler em «A Batalha» de hoje a 10.º A. 1º audácia clerical, que me fez traçar estas linhas, tal é a indignação que sinto pela nefanda obra que os reaccionários vão fazendo chegar ao auge.

Esta Dona Alice, com o seu proceder

vindo às escolas do estado insultar as professoras e ameaçá-las com o ministro da instrução, está naturalmente, habituada a seus vassalos obedecê-la quando ordena, e por isso julga-se também no direito dos funcionários do estado lhes satisfazerem os seus caprichos.

A-pesar-de-neste-terra se cometerem muitos crimes, eu não quero ainda acreditar que um ministro da instrução se possa amoldar as conveniências reaccionárias dum Dona Alice (qualquer), fazendo demitir uma professora que procedeu como devia não consentindo que durante as aulas dos seus alunos fosse aquela mesma senhora expôr as suas práticas de fanatismo.

Mas, se houver um dia um ministro da instrução que faça demitir um professor que na escola que tem a seu cargo, não admira propaganda religiosa, então que se faça ouvir um grito unisono de protesto não só do professorado liberal como de todos os criaturas de pensamento desempoderado.

Termino camarada director, por endereçar a D. Marcelina Vaz do Nascimento bem como a todas as professoras que assim procedem, o testemunho da minha solidariedade. E para a tal D. Alice Cristovão Pires e seus acólitos vai toda a minha repulsa pela execranda obra a que se dedicam: obscurecer o cérebro infantil.

Saudações da vossa camarada—Miquelina Sardinha.

Funcionalismo público

A Comissão dos Empregados Menores do Estado incumbida de levar a efeitos as «démarches» necessárias junto dos delegados à Comissão Central de Equiparações voltou ontem a reunir, acompanhada de grande número de colegas de todas as repartições públicas, e vai procurar avisar-se com o presidente daquela Comissão a fim de solicitar do mesmo a convocação imediata, pois que a sua não convocação irá acarretar imensos prejuízos.

A todos os delegados representantes dos ministérios foi ontem entregue a representação dos funcionários das dependências em que solicitam a sua equiparação aos contínuos ligeiros e o cumprimento do espirito do legislador.

Brevemente será distribuído um manifesto ao país em que os empregados menores dizem as razões das suas reclamações e o que procuram atingir.

Renovação

Revista Gráfica

A 12 e 15 de cada mês

Preço esc. 1,50

nho mais, prático a seguir em face das insidias patronais, foi posta à aprovação a seguinte moção, que foi aprovada por unanimidade, depois de ser assinada consideravelmente.

O Sindicato dos Compositores Tipográficos vai distribuir um manifesto-prevenção a fim de ser distribuído por todos as oficinas de Lisboa e da província pondo os tipógrafos ao corrente das intenções de alguns indivíduos que andam na missão de recrutar pessoal, como sucedeu ontem na oficina da Imprensa Lucas, tendo-só o pessoal recusado nobremente a aceitar semelhante convite.

Um belo gesto dos vendedores de jornais

O movimento de solidariedade dos vendedores de jornais para com o quadro tipográfico da «Epoca» prossegue gallardamente. Todos os agentes e vendedores de jornais solidarizaram-se com a greve. Apesar do chefe do «Correio da Manhã», que é cumulativamente da «Epoca», pretendeu ludibriar os vendedores pondo à venda com meia hora de antecedência, o jornal, ludibriando em que aqueles não se deixaram cair.

Para garantir a venda o referido chefe prometeu o auxílio da polícia, o que foi repudiado pelos vendedores.

A comissão de melhoramentos que ontem reuniu juntamente com a comissão administrativa apreciou todos os factos atrás enunciados e resolveu oficiar ao «Correio da Manhã» prevenindo este jornal de declarar a greve a que os vendedores de jornais se encontravam encerradas;

que o abatimento de salários, presente mente é inadmissível.

Os operários da indústria têxtil reunidos em assemblea geral no dia 20 de Outubro de 1925, resolvem:

1º Não aceitar abatimento algum na tabela que actualmente regula a mão de obra.

2º As fábricas onde foi proposto o abatimento da tabela não podem confirmar a sua implementação.

3º Sair um manifesto ao público expondo a crítica situação em que se encontram.

4º Que quando se verificarem mais de 3 fábricas nas condições em que estão as do Fael e Júlio Cruz, ser convocado o operariado para resolver duma forma definitiva o caminho a adoptar.

Cômodo Manuel dos Santos Luís propõe processos modificadores na moção, falaram Francisco Alves da Costa e o presidente, que disseram discordar dessas modificações, com o que a assistência concordou.

Depois de mais alguns operários das fábricas paralizadas, tais como Escarlate e Serralheiros, pedirem aos seus camaradas a maior solidar